

Sumário

Introdução	1
1. Delineamentos do Estado Liberal e sua Influência na Concepção de Jurisdição.....	7
1.1. O nascimento do Estado Liberal	9
1.2. A economia no Estado Liberal.....	17
1.3. Os fundamentos e os matizes do liberalismo	18
1.4. A ideologia positivista.....	26
1.5. O paradigma racionalista	35
1.6. O individualismo.....	46
1.7. A cultura da perfeição jurídica	51
2. Do Estado Liberal ao Estado Constitucional Social	57
2.1. A insustentabilidade das respostas do Estado Liberal.....	61
2.2. A “liberdade” para os liberais e a “liberdade” para os sociais ...	65
2.3. O Totalitarismo.....	73
2.4. As bases do Estado Social	81
2.5. A constitucionalização do Estado.....	87
2.6. A tentativa de resgate – ou será manutenção? – dos ideais liberais....	91
2.7. A hermenêutica constitucional e a constitucionalização legislativa...	94
2.8. Princípiologia processual constitucional – noções introdutórias..	100
3. A Jurisdição Entre o Paradoxo da Tradição Romano-Canônica e do Estado Contemporâneo	107
3.1. Chiovenda e a atuação da vontade abstrata da lei.....	114
3.2. Cornelutti e a justa composição da lide	118
3.3. Liebman e as doutrinas de Chiovenda e Cornelutti.....	121
3.4. Allorio e a produção de coisa julgada	122
3.5. Jurisdição voluntária e conflito.....	125

4. Controle de Constitucionalidade, Precedentes e a Mudança da Jurisdição Nacional.....	129
4.1. Breves digressões sobre o controle concentrado.....	131
4.2. Breves digressões sobre o controle difuso	137
4.3. O controle de constitucionalidade na Alemanha.....	141
4.4. O direito à tutela jurisdicional efetiva como direito fundamental	142
4.5. O desenvolvimento do ativismo judicial no Brasil.....	146
4.6. A objetivação da jurisdição e o desenvolvimento da filosofia de precedentes.....	160
5. Jurisdição e Ordem Econômica.....	171
5.1. A ideia de Constituição Econômica.....	176
5.2. Princípios da ordem econômica na Constituição	184
5.3. O Judiciário brasileiro nas questões econômicas.....	191
Conclusão.....	199
Referências Bibliográficas	205